



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

LEI Nº. 120/2014.

Em, 21 de Fevereiro de 2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO PARA O ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, em caráter temporário por prazo determinado, até 11 (onze) profissionais conforme as áreas e especialidades, jornada de trabalho, remuneração, para atender necessidade de excepcional interesse público da Prefeitura Municipal de Congo, nos termos do Anexo I desta Lei.

§1º. A contratação de que trata esta Lei se dará por regime jurídico administrativo, de acordo com as regras aqui estabelecidas.

§2º. A presente contratação será pelo prazo de até 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por sucessivo e igual período, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse do Município pelo cessamento da situação excepcional que a autorizou.

§3º. Eventuais horas extras somente serão pagas se previamente autorizadas pelo Dirigente da Secretária daquele profissional que esteja lotado, mediante justificativa com a apresentação da situação excepcional que gerou a necessidade, a ser firmada pela Diretoria responsável aconselhando a concessão, respeitado o seguinte:

a) máximo 4 (quatro) horas extras por semana;

Rua Senador Rui Carneiro S/N Congo – PB
CNPJ 08.870.164/0001-81 Telefone: 83) 3359-1100

E-MAIL pmcongo@gmail.com

Antônio Quirino de Sousa
PREFEITO CONSTITUCIONAL
CONGO - PARAÍBA



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

b) as horas extras serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal;

c) horas extraordinárias realizadas em desacordo com o estabelecido no presente parágrafo não serão pagas, ficando sob a responsabilidade do trabalhador.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins do disposto nesta Lei, a continuidade ininterrupta dos atendimentos educacionais nos diversos estabelecimentos e setores, da Secretaria Municipal de Educação, garantindo-se assim, o acesso ao direito fundamental à vida, a educação e à saúde, cujo atendimento é dever constitucional do Estado.

Art. 3º A contratação prevista no art. 1º desta Lei efetuar-se-á através de processo seletivo público, considerando-se:

I - período de inscrições de 05 (cinco) dias, mediante a apresentação dos documentos constantes do Edital próprio de Seleção;

II – critérios de avaliação:

a) análise de currículo e;

c) avaliação de desempenho didático-pedagógico ambos de caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º. Ao final da seleção, na ocorrência de empate entre os candidatos será critério de desempate o candidato de maior idade.

§ 2º. O edital de processo seletivo público para o preenchimento das vagas de que trata esta Lei deverá ser publicado, no mínimo, na Imprensa Oficial do Município e em jornal de grande circulação na cidade.

Art. 4º Para fins de viabilização da seleção e classificação dos candidatos será constituída comissão, por ato do Prefeito Municipal, acompanhada pela Assessoria Jurídica, composta de:

I =3 (três) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

II –1 (um) representante da Secretaria de Administração e Finanças.



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

Art. 5º As condições e as exigências para a contratação, bem como as atribuições e competências para os cargos, constarão no Edital do Processo Seletivo Público.

Parágrafo Único - A efetivação da contratação dar-se-á mediante decreto de nomeação por ato do Prefeito Municipal.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei, nos termos do inciso I, do art. 169, da Constituição Federal, serão atendidas por dotação orçamentária própria da Prefeitura Municipal de Congo, estando o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações legais necessárias ao adimplemento desta.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congo/PB, 21 de fevereiro de 2014.


ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional
Romualdo Antônio Quirino de Sousa
PREFEITO CONSTITUCIONAL
CONGO - PARAÍBA



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

ANEXO I – QUADRO DE CARGOS A SER PREENCHIDOS A PARTIR DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – 2014.

CARGOS	VAGAS	REQUISITOS MÍNIMOS	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO (R\$)
Professor para Educação de Jovens e Adultos – PEJA (Fundamental I)	10	Ensino Médio Completo	25 (vinte) horas em sala de aula + 5 (cinco) horas de Planejamento Pedagógico	724,00
Coordenador para Educação de Jovens e Adultos – PEJA (Fundamental I)	01	Curso Superior em Pedagogia.	40 (Quarenta) horas semanais	1.428,00


Romualdo Antônio Quirino de Sousa
PREFEITO CONSTITUCIONAL
CONGO - PARAÍBA